



Construindo pontes: um lugar de vida na Zona do Cemitério

Autores:

Terezinha de Oliveira Buchebuan - Universidade de Caxias do Sul - tobuchebuan@ucs.br
Luiza Signori - Universidade de Caxias do Sul - signoriluiza@gmail.com

Resumo:

O presente texto constitui-se de relato de experiência de uma ação extensionista do TaliesEM - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul, em um território autoproduzido de Caxias do Sul, RS, o Euzébio Beltrão de Queiróz. O objetivo é construir reflexões afim de compreender as atividades realizadas, servindo de suporte para ações futuras. Os procedimentos metodológicos envolveram o retrato da formação da cidade; a constituição histórica dos seus territórios autoproduzidos; a contextualização do Euzébio Beltrão de Queiróz nesse cenário; e, o relato da experiência do TaliesEM na comunidade. A reflexão analítica dos resultados se dá a partir dos conceitos de espaço e lugar (Tuan, 1983) e de fronteira (Certeau, 1998). As ações na comunidade culminaram na requalificação da Praça da Esperança através de uma abordagem colaborativa, horizontal e miniaturizada de intervir no espaço. A praça transformou-se em lugar construindo-se pontes.

CONSTRUINDO PONTES

Um lugar de vida na Zona do Cemitério

INTRODUÇÃO

Esse artigo constitui-se de um relato de experiência, referente a uma atividade de extensão multidisciplinar da Universidade de Caxias do Sul, na comunidade Euzébio Beltrão de Queiróz, da qual fez parte o TaliesEM – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo. Centra-se na prática extensionista como contribuição para o processo de transformação de um espaço público adormecido, em um lugar de vida. O objetivo é estabelecer ponderações e reflexões, embasadas na experiência relatada, buscando um aparato teórico capaz de promover tanto a compreensão dos fatores envolvidos no processo quanto subsidiar as ações futuras desse escritório.

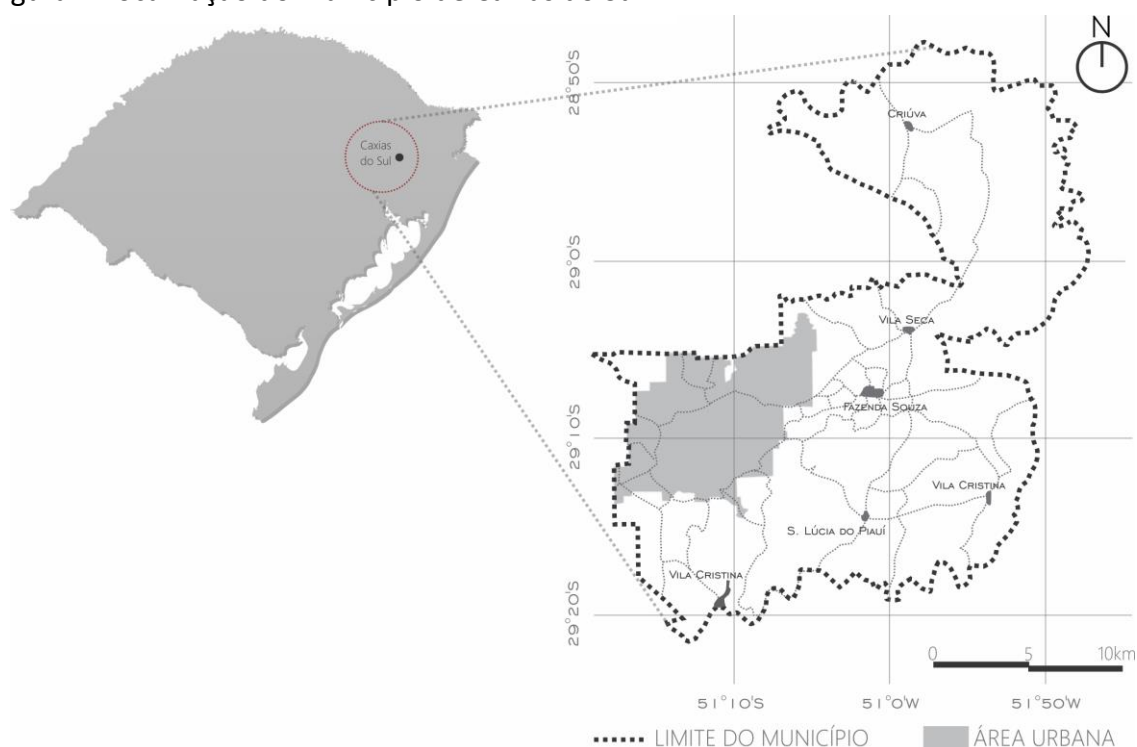
Portanto, a reflexão teórica se deu posteriormente às ações, na busca de um entendimento das dicotomias de uma cidade em que a industrialização parece ter contribuído tanto para o desenvolvimento econômico quanto para uma urbanização fragmentada e segregadora, produzindo espaços desiguais no tecido urbano, constituídos a partir de territórios autoproduzidos. Em alguns desses territórios os espaços residuais acabaram por se tornar importantes espaços ou lugares de encontro e trocas das comunidades. A intervenção num desses espaços e os resultados a partir dessa ação é que nos interessa compreender através do presente estudo. Para tanto, do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, inicialmente, se busca fazer um retrato da constituição de Caxias do Sul, bem como seu papel de destaque em sua região de inserção. Na sequência, recupera-se, historicamente, a constituição dos territórios autoproduzidos, conformando os primórdios de formação dessa cidade desigual até os dias atuais. Em função da ação de extensão ter acontecido na comunidade Euzébio Beltrão de Queiróz, também se reconstitui sua história e, como se chegou à ação na Praça da Esperança. Vale destacar que o processo se iniciou por ações socioeducativas junto à comunidade e avançou para práticas de urbanismo colaborativo, tendo sempre metodologias participativas como norteadoras das atividades desenvolvidas. O embasamento teórico utilizado para as reflexões sobre o processo de concepção e da intervenção material, a partir de metodologias participativas, se deu através da visão de Certeau (1998), incluindo-se os conceitos de limites e pontes desse autor. Para análise da intervenção e seus resultados no espaço, transformado em lugar, optou-se pela abordagem de Tuan (1983).

O resultado da intervenção revela que foram criadas pontes entre diferentes escalas do território, a partir da sua metamorfose de espaço em lugar.

UM RETRATO DO MUNICÍPIO

Caxias do Sul, localizada a nordeste do estado do Rio Grande do Sul (figura 01), na Serra Gaúcha, é o segundo maior município, em população, do Rio Grande do Sul. Segundo dados do IBGE, a estimativa para 2018 é de 504.069 habitantes (MAPELLI, 2018).

Figura 1: localização do município de Caxias do Sul



Fonte: elaborado pelas autoras.

Sua origem está atrelada ao processo de colonização de terras devolutas do Nordeste do Estado por imigrantes, que provenientes da Itália, colonizaram a região a partir de 1875. A planta do núcleo urbano, que obedecia ao chamado traçado xadrez/ortogonal, foi aprovada em 10 de janeiro de 1879. Na sede urbana, ocupada em sua maioria, por imigrantes que possuíam algum conhecimento técnico, surgem estabelecimentos como oficinas e artesanatos ligados à fabricação de utensílios e instrumentos de trabalho. Esse núcleo que, inicialmente, deveria atender às demandas da administração da Colônia cresceu e se transformou num entreposto comercial da região (MACHADO, 2001, p. 65).

Desde o final da década de 1920, a cidade já contava com um importante parque fabril, recebendo os descendentes de imigrantes que vinham buscar trabalho nos centros urbanos. Esse crescimento populacional gerou diversas ampliações no perímetro urbano, que avançaram sobre os lotes coloniais, sendo que a mais significativa, desta fase inicial, aconteceu em 1938 (MACHADO, 2001, p. 93). Na década de 1940, especialmente no período da Segunda Guerra Mundial, registra-se um significativo desenvolvimento industrial e comercial, com algumas empresas sendo declaradas pelo governo federal como de “interesse militar” (MACHADO, 2001, p. 109).

Ao longo da década de 1950, a população aumenta consideravelmente, principalmente em função do surgimento de grandes indústrias, sendo que as dinâmicas (metalúrgicas e mecânicas) passam a superar as tradicionais (alimentos, bebidas, têxteis, madeira), situação que se consolida em meados dos anos 1970 (BORBA, 1999 apud NUNES; FISCHER; ROSSI, 2011). A partir de 1979 se instaura uma crise econômica com demissões no setor metalomecânico (PICCININI, 1983). O setor passa a crescer novamente nos anos 1990, porém aliado aos serviços, que neste período superam a indústria na economia local.

Caxias do Sul, desde sua fundação se destaca como um dos principais núcleos da colonização, e suas fases de maior crescimento estão ligadas ao desenvolvimento do setor industrial, atraindo muitos imigrantes ao longo de sua história. Esse dinamismo econômico vai possibilitar que a cidade tenha um papel de destaque a nível regional e mesmo nacional, figurando no Registro de Influências das Cidades – REGIC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como uma capital regional B (IBGE, 2008). Constantemente, é citada na mídia nacional ou em estudos acadêmicos, como um polo de atração de imigrantes pelas condições de trabalho e renda que oferece.

O município também está inserido em projetos institucionais de regionalização. A partir da Constituição Federal de 1988, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, instituiu em 1991, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES, sendo que Caxias do Sul faz parte do COREDE-Serra com mais 32 municípios (LOPES; SOLAR; CÔRREA, 2015). Além disso, pela Lei Complementar nº 10.350 de 1994, foi criada a Aglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul – AUNE RS, embrião da atual Região Metropolitana da Serra Gaúcha – RMSG¹, instituída pela Lei Complementar nº 14.293 de 2013. Os municípios que constituem a RMSG podem ser reconhecimentos por uma matriz cultural comum, que tem origem no processo de colonização por imigrantes italianos, promovido pelo Governo Imperial. Os processos de regionalização consistem na tarefa de “dividir o espaço segundo diferentes critérios que variam” (GRIGG, 1967 apud GOMES, 2000, p. 63), sendo que essas divisões não são definitivas e devem “contribuir para um certo entendimento de um problema, colaborar numa dada explicação. (...) a região passa a ser um meio e não mais um produto” (GOMES, 2000, 63).

Em estudo recente do IBGE foram estudadas as concentrações urbanas brasileiras com mais de 300.000 habitantes. Caxias do Sul ficou dentro do patamar “acima de 500 mil a 750 mil habitantes”. As cidades analisadas neste item foram descritas com função de articulação regional, atuando na difusão de ideias e ordens, na articulação da produção e no fornecimento de bens e serviços aos municípios de sua área de influência. Em Caxias do Sul constatou-se que o nível de desigualdade socioeconômica é mais reduzido, em relação a outros municípios brasileiros, pois possui capacidade de prover à maioria da população, condições de vida em patamares superiores às demais analisadas (IBGE, 2017).

Pelo exposto e pela literatura, acredita-se que Caxias do Sul não se configure como uma cidade de “porte médio”, definida apenas pelo tamanho demográfico, mas que ela se caracterize por uma cidade média, desempenhando importante papel de intermediação em

¹ Os municípios que integram a RMSG são: Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Santa Tereza, São Marcos, Pinto Bandeira, Antônio Prado e Ipê.

sua rede urbana. Para que uma cidade média se constitua como tal, três elementos são essenciais: *elite empreendedora* “é ela que marca diferença com outras cidades [...] porque ela estabelece relativa autonomia econômica e política numa cidade, criando interesses locais e regionais, competindo com cidades maiores” (CÔRREA, 2006, p. 29); *localização relativa*, onde deve ocorrer “foco de vias e circulação e efetivo nó de tráfego, envolvendo pessoas, capitais, informações e expressiva variedade de mercadorias e serviços” (CÔRREA, 2006, p. 30); *interações espaciais*: “as interações espaciais de e para a cidade média se realizam em duas escalas espaciais: escala regional e escala extra-regional” (CÔRREA, 2006, p. 30). Assim, a cidade de porte médio não é a mesma coisa que cidade média.

Atualmente a cidade se destaca por apresentar um Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM alto, passando de 0,594, em 1991 para 0,782 em 2010, sendo que a nível nacional, a variação vai de 0,493 para 0,727².

Os índices e teorias não deixam dúvidas quanto ao potencial de geradora de riquezas que a cidade detém e à sua condição de polo regional. No entanto, Caxias do Sul vivencia as dicotomias de uma cidade em que a industrialização parece ter contribuído tanto para o desenvolvimento econômico, gerando riquezas, quanto para uma urbanização fragmentada e segregadora, produzindo espaços que refletem a desigualdade social no tecido urbano. Vale ressaltar que o conceito de segregação só poderia ser aplicado quando as “formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana” (SPOSITO, 2016, p. 65).

Assim, nos parece que a apropriação do espaço, a partir de relações de poder, é um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com o grupo social na formação de distintos territórios, em diferentes contextos histórico e geográfico (SANTOS; SACK apud HAESBAERT, 2004, p. 87). Em relação ao território Santos declara que o “uso (econômico, sobretudo) é o seu definidor por excelência”, destacando-se que o autor coloca o termo Território Usado (um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes), como correlato direto do Espaço Geográfico (apud HAESBAERT, 2004, p. 58). Dentro dessa concepção de território usado, o mesmo se caracterizaria como *recurso* e como *abrigo*. Santos et al. (2000) afirmam que, enquanto “para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares”, para os atores hegemonzados trata-se de “um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que criam estratégias que garantam a sua sobrevivência nos lugares” (apud HAESBAERT, 2004, p. 87).

Nessa perspectiva, nos interessa destacar a seguir, a formação desses territórios como abrigo, onde via de regra, habitam as populações menos favorecidas. Formados a partir de ocupações de terras públicas ou privadas, em alguns casos, em áreas ambientalmente sensíveis, acabam por ter como característica principal a espontaneidade na distribuição de edificações e vias, ou seja, na produção do espaço.

² Disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/caxias-do-sul_rs>. Acesso em 15 out. 2018.

TERRITÓRIOS AUTOPRODUZIDOS EM UMA CIDADE DESIGUAL

As primeiras ocupações irregulares de Caxias do Sul têm início em fins da década de 1940, com origem paralela à evolução da indústria local. A cidade, nessa época, passa a crescer para a face leste, em função da construção da BR 116, sendo que os arruamentos, nas ampliações do perímetro urbano, são interrompidos em alguns pontos, sobrando assim, espaços vazios nos arredores da área central. Esses espaços são caracterizados por um relevo acidentado, não tendo sido executada a demarcação de vias ou de lotes nesses locais. São essas áreas que passam a ser ocupadas mais intensivamente, de forma irregular, por moradores muito pobres, vindos do interior, especialmente dos Campos de Cima da Serra. Foi o caso do “sítio do Burgo a nordeste e, da Zona do Cemitério, no sentido oposto”³. Registra-se que até 1948 o perímetro urbano delimitado em 1938, ainda não se encontrava completamente ocupado (MACHADO, 2001, p. 143). Portanto, esses espaços surgem como uma alternativa de moradia para a população mais desfavorecida economicamente. As desigualdades sociais, passam a se materializar no espaço urbano.

A falta de habitações em Caxias se agravou na década de 1950 e, em 1953, é apresentado um Plano Diretor, que apontava como o problema mais grave de Caxias, a vivenda popular, ressaltando que as camadas mais pobres se localizaram nas áreas mais afastadas, sem acesso aos serviços públicos. O plano não foi aprovado pela Câmara de Vereadores e surgiram muitos problemas urbanos, pois além das ocupações irregulares, passam a ser implantados loteamentos irregulares⁴ ou clandestinos⁵ (MACHADO, 2001, p. 317-318).

Com o passar do tempo, o número de núcleos ocupados irregularmente aumenta, assim como a população ali residente. Essa evolução nos números pode ser observada na tabela 1:

³ Hoje bairros Jardelino Ramos e Euzébio Beltrão de Queiróz, respectivamente.

⁴ Loteamentos irregulares são aqueles nos quais o responsável deu entrada com a documentação para regularizar, mas o mesmo não foi aprovado e/ ou não obteve registro no Cartório de Imóveis. Podem também ser aqueles que obtém projeto urbanístico aprovado, porém o responsável não deu andamento no processo para a regularização, como por exemplo apresentar o projeto de infraestrutura, sendo assim não houve execução conforme a legislação. MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 22.

⁵ Os loteamentos clandestinos constituem-se daqueles que não possuem nenhum registro oficial por parte do poder público local, mas existe arruamento e demarcação de lotes, mesmo que de forma mais rudimentar. Depoimento informal de servidores da Secretaria Municipal de Urbanismo. 2018.

Tabela 1 – Evolução dos Núcleos de Subnormalidade e Loteamentos Irregulares em Caxias do Sul

ANO	1968	1973	1980	1984	1993	2010
Perímetro Urbano (ha)	4.400	6.000	11.500	11.500	-	15.100
População Total (hab)	100.000	120.000	190.000	240.000	-	427.664
População nos Núcleos (hab)	2.000	4.600	18.000	21.300	15.000	29.400
Núcleos Subnormais	03	15	24	107	110	113
Loteamentos Irregulares	47	-	-	140	-	-

Fonte: PLHIS (2010, p. 53).

Observa-se que após o “milagre econômico” acontece um aumento significativo no número de núcleos e na população, sendo que em 1984, cresce o número de núcleos, mas não tanto o de população, assim pelas proporções do crescimento é “possível inferir que houve a proliferação de pequenos núcleos de sub-habitação, visto que há uma variação muito maior do número de núcleos do que de população residente nesses locais” (SILVA, 2018, p. 199).

Em relação aos assentamentos subnormais⁶, no período de 1984 a 1993, não se registra um crescimento significativo no seu número, provavelmente em decorrência da produção de lotes populares, através do Fundo da Casa Popular - FUNCAP e da Companhia de Habitação Popular/ RS - COHAB. Neste período foram assentadas 3.559 famílias e destas, 2.841 em lotes produzidos pelo FUNCAP e 718 pela COHAB, representando 14.300 pessoas atendidas (GIAZZON, 2002 apud PLHIS, 2010, p. 54). O total de população residente nesses locais também diminuiu.

No levantamento de 2010 foi constatado que muitos assentamentos foram substituídos por reassentamentos ou regularizações fundiárias, cabendo salientar que, embora o número de núcleos subnormais não tenha aumentado, o que se observa é um crescimento na população que os compõem, promovendo uma densificação nos núcleos já existentes (PLHIS, 2010, p. 55).

Mais recentemente, em outubro de 2018, a Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU mapeou os núcleos, resultando em 106 parcelamentos irregulares de interesse específico, 107 de interesse social⁷ e 171 notificações. Do ponto de vista de atuação do poder público local,

⁶ A Prefeitura Municipal de Caxias do Sul faz uso de diferentes termos para se referir às ocupações irregulares: núcleos de subabitação, núcleos de sub-habitação, núcleos subnormais ou assentamentos subnormais. No PLHIS há a referência de que os assentamentos subnormais tem conceituação semelhante aos aglomerados subnormais do IBGE, mas se caracterizam pelo conjunto de seis ou mais edificações em área de ocupação irregular.

⁷ A PMCS considera como parcelamentos irregulares tanto os de interesse social quanto os de interesse específico. Segundo a Lei nº 7.911 de 15 de dezembro de 2014 – Programa Regulariza Caxias, Art. 4º, § 1º Serão caracterizados como de interesse social os assentamentos irregulares ocupados, predominantemente, por população de baixa renda, nos casos: I – em que a

cabe à SMU o acompanhamento dos processos e regularização dos loteamentos de interesse específico e, à Secretaria Municipal da Habitação - SMH, os casos de interesse social. A Coordenadoria de Regularização Fundiária é quem classifica as notificações dentro dessas duas categorias, através de pareceres técnicos.

Diante do exposto, infere-se que Caxias do Sul vive esse processo de diferenciação das áreas urbanas, por classe social, desde o final da década de 1940, já que é nessa fase que o desenvolvimento econômico a partir da expansão do ramo industrial, parece estar ligado às primeiras ocupações irregulares, gerando distribuição desigual do espaço urbano. O PLHIS destaca que a irregularidade do solo urbano acompanha a lógica de localização industrial:

(...) até 1968 as indústrias localizavam-se na Região Centro; posteriormente, nas Regiões Santa Fé / Planalto e Fátima, e hoje há crescimento em diversas regiões da cidade, especialmente em direção ao Desvio Rizzo, no entorno do Distrito Industrial onde, concomitantemente, vem se constituindo novos assentamentos subnormais. Têm surgido também núcleos na área rural do município, apontando para problemas habitacionais na zona rural de Caxias do Sul (2010, p. 60).

Assim, as ocupações irregulares configuram-se como territórios de exclusão, refletindo a desigualdade social no tecido urbano. Cabe destacar que eles se diferenciam dos demais loteamentos irregulares ou clandestinos, por serem territórios autoproduzidos, ou seja, não se refere somente a questão da autoconstrução da moradia, mas ao modo de produção de todo o espaço do habitar, pressupondo a produção do espaço como um todo, chamando a atenção para toda energia despendida pelos “produtores” destes espaços, e não somente à casa (RAPOSO; JORGE, 2016).

Inserido no contexto caxiense, encontra-se o território autoproduzido Euzébio Beltrão de Queiróz, conhecido inicialmente na cidade como a “Zona do Cemitério”, objeto do presente estudo. Entende-se que essa comunidade se configura como um território de exclusão, confinado entre um cemitério e um campo de futebol, constituindo-se em um espaço de resistência e sobrevivência, ao longo dos anos, em meio ao tecido formal.

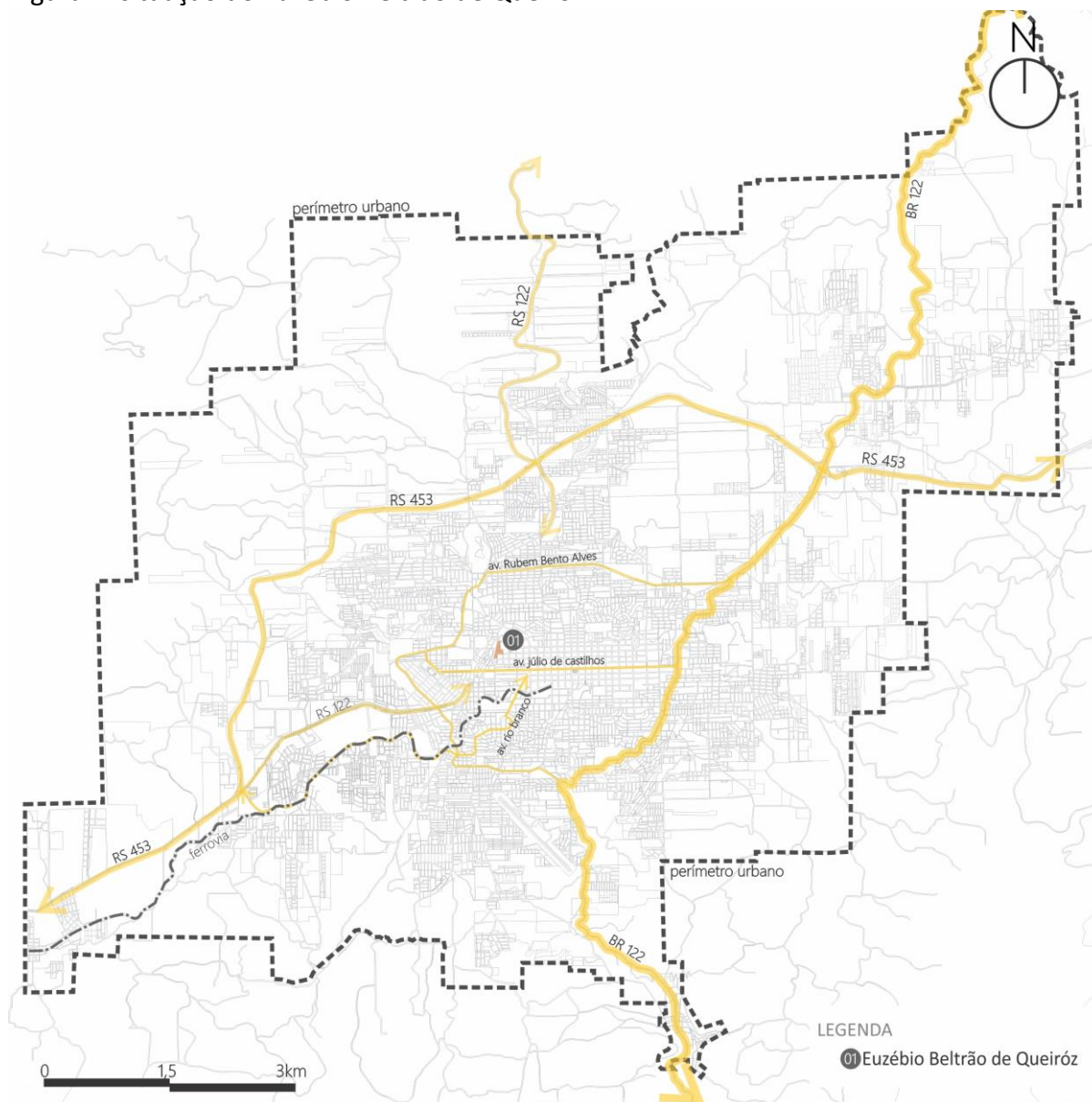
A “ZONA DO CEMITÉRIO”

O Euzébio Beltrão de Queiróz, está situado na parte oeste da cidade de Caxias do Sul, dentro do primeiro anel perimetral (figura 02). O início da ocupação do núcleo é impreciso, como exposto acima, a literatura indica que seu início ocorreu na década de 40. Porém, segundo o Jornal Pioneiro de 15 de junho de 1985, as ocupações teriam se iniciado por volta

área esteja ocupada, de forma mansa e pacífica, há, pelo menos, cinco anos; II – de imóveis situados em ZEIS; ou III – de áreas do município declaradas de interesse para implantação de projetos de regularização fundiária de interesse social. § 3º O loteamento irregular de Interesse Específico é todo aquele não caracterizado como de Interesse Social.

de 1920, época em que a indústria ganhava força na cidade e atraía pessoas de diversos municípios em busca de emprego e melhores condições de vida.

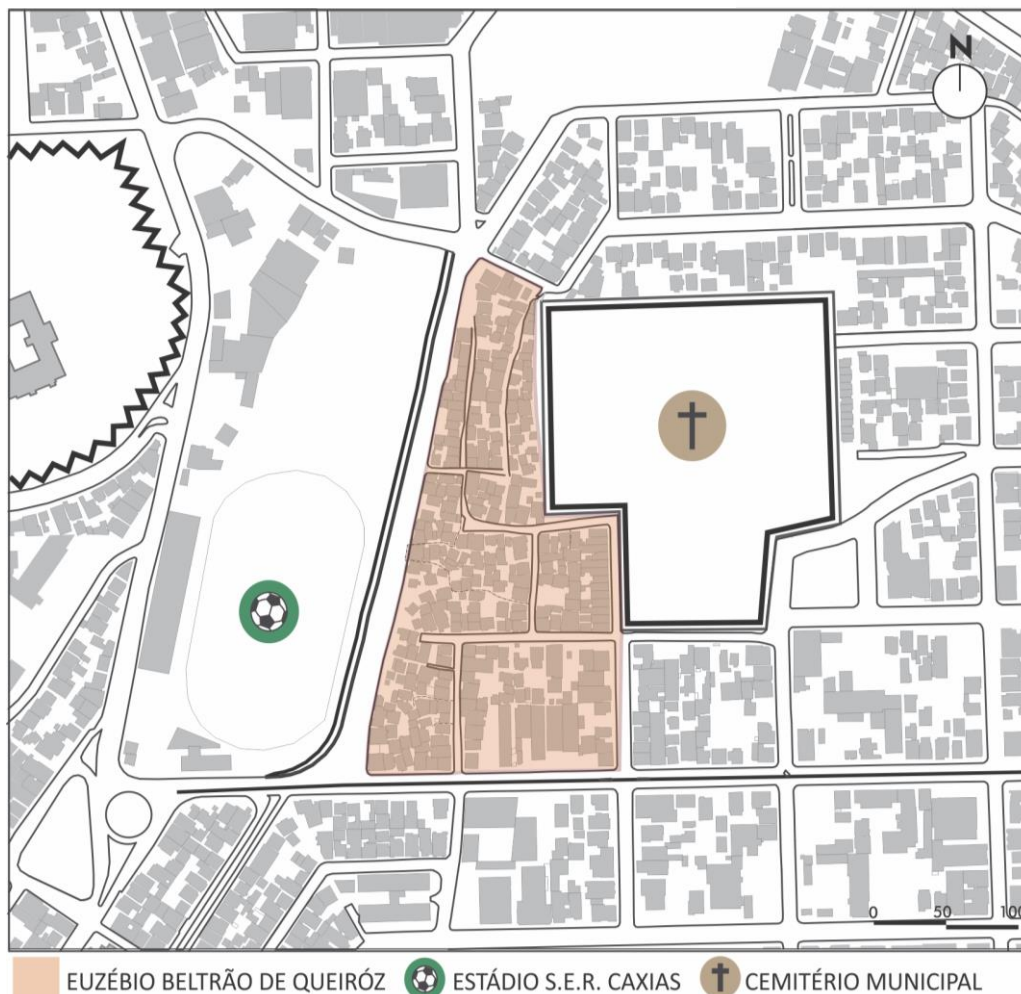
Figura 2: situação do Euzébio Beltrão de Queiróz



Fonte: elaborado pelas autoras.

O bairro (figura 03) se localiza entre o Cemitério Público Municipal e o estádio do S.E.R. Caxias do Sul (Sociedade Esportiva e Recreativa de Caxias do Sul). O cemitério foi construído em 1911, mas existem indícios de que o local já era utilizado como tal desde 1903. Diante desses dados, especula-se que as primeiras pessoas a habitar o território, todas vindas de outras cidades do estado do Rio Grande do Sul, tenham ocupado aquela área em função da infraestrutura que a implantação do cemitério proporcionou e também por ser próximo a área central da cidade.

Figura 3: localização do Euzébio Beltrão de Queiróz



Fonte: elaborado pelas autoras.

No início não existiam ruas dentro do bairro, era apenas “mato”, algumas casas de madeira construídas pela própria população, que era de baixa renda, e alguns caminhos que as pessoas abriam, o que gerou um ambiente similar a chácaras ou colônias. (PIONEIRO. Junho de 1985). Aos poucos o bairro foi crescendo, na década de 40 já era bastante denso, com casas amontoadas e “puxadinhos”. Nesta época, começam a surgir ruas mal traçadas e alguns becos para a locomoção das pessoas. Na década de 50 o bairro contava com pelo menos cinquenta famílias, sendo a única favela desta dimensão no município. A partir desta época, acelera-se a ocupação devido à oferta de trabalho no município, à inexistência de loteamentos e aos escassos imóveis para alugar (SECRETARIA DE HABITAÇÃO E AÇÃO SOCIAL, 1984).

O Beltrão sempre foi marcado, para além da autoconstrução, pelo trabalho comunitário. Em função da inexistência de apoio do serviço público, foi criado pela população, na década de 40, um centro comunitário que recebe ações até os dias de hoje; ruas foram criadas e pavimentadas pelos próprios moradores; um time de futebol, o XV de novembro, foi fundado por iniciativa comunitária em 1949, bem como uma escola de samba, que ainda se encontra em atividade.

Historicamente o assentamento foi desassistido pelo poder público, possuindo apenas algumas intervenções pontuais, como a construção de um conjunto de casas populares na década de 60; habitações em madeira e alvenaria, em meados dos anos 2000; e mais recentemente, no ano de 2010, a construção de um centro cultural. A área passou por um processo de regularização fundiária na qual noventa por cento dos lotes foram regularizados pelo poder público, porém, nenhuma melhoria urbanística foi realizada (SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO, 2016). Assim sendo, o núcleo segue com diversos problemas relativos principalmente a residências situadas em áreas de risco de deslizamento, insalubridade em função do alto adensamento, falta de conectividade interna e em relação ao seu entorno adjacente e a inexistência de espaços abertos de lazer. Atualmente, o núcleo conta com 295 habitações e 772 moradores (IBGE, 2010).

Assim como todo território autoproduzido, o Beltrão carrega diversos estigmas. O núcleo é conhecido até hoje como “zona do cemitério”, nome pejorativo que lhe foi dado quando no início de sua ocupação havia uma “casa de mulheres”⁸ no local. Para além disso, a população em geral e a mídia o veem como uma das vilas mais violentas e perigosas da cidade. Os moradores relatam a presença do tráfico na área, além de diversos usuários que se deslocam até o bairro para comprar e usar drogas. De fato, o Beltrão é um assentamento isolado do seu entorno por ser rodeado de muros, além de ser extremamente denso, o que facilita a instalação de atividades ilícitas no local. Porém, para muito além disso, a vila é um espaço de vida pulsante. Alguns moradores revelam satisfação com seu local de moradia, bem como com suas áreas públicas, como a Praça da Esperança, apesar do estado em que se encontrava. Por sua importância, foi eleito o espaço de intervenção pela comunidade e, é essa ação que se pretende relatar a seguir.

UM ESPAÇO ADORMECIDO TRANSFORMADO EM LUGAR DE VIDA

Tendo o entendimento de Caxias do Sul como um município de grande potencial gerador de riquezas, porém, detentor de um território fragmentado e excludente, bem como compreendendo o Euzébio Beltrão de Queiróz nesse contexto, insere-se aqui o relato da experiência que o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul – TaliesEM, teve nesta comunidade.

Por meio de um programa de extensão do Pós-doutorado em Administração da Universidade de Caxias do Sul, o TaliesEM, realizou ações socioeducativas em Arquitetura e Urbanismo na comunidade Euzébio Beltrão de Queiróz. A demanda do programa consistia em ações socioeducativas multidisciplinares continuadas e os cursos envolvidos mais assiduamente foram os de Arquitetura e Urbanismo, Educação Física, Administração e Nutrição. Os encontros eram semanais e ocorriam no centro cultural da comunidade.

⁸ Casa de prostituição.

A ação do TaliesEM foi baseada nos preceitos das metodologias participativas e na extensão como comunicação bilateral, num processo horizontal de práticas *bottom-up* que visou criar uma ambiência na qual os moradores pudessem criar autonomia sobre suas próprias narrativas de espaço e se sentissem pertencentes aquilo que os pertence.

“[...] um processo de participação comunitária promove o «empoderamento» (empowerment) dos indivíduos envolvidos, bem como o aumento dos níveis de cooperação e de controlo por parte dos membros da comunidade sem os hierarquizar.” (GOINHAS, 2013, p.2)

Inicialmente, foram realizadas quatro oficinas nas quais um grupo de moradores constituído por mulheres adultas e idosas, homens idosos e uma adolescente, “reconstruía o bairro” no campo simbólico. A primeira oficina teve por objetivo gerar um reconhecimento inicial dos moradores com seu território e identificar quais os símbolos e códigos de orientação deles no espaço. Para tanto, utilizou-se uma maquete do relevo do núcleo contendo as ruas, o muro do cemitério, o estádio S.E.R. Caxias, o centro comunitário e o centro cultural como elementos de referência. Por meio de fotos antigas do assentamento, identificadas com cores distintas, os moradores apontavam o local da foto com um marcador da cor de cada uma das imagens na maquete.

Dando continuidade à ação “construindo o bairro”, a segunda oficina foi relativa à habitação de cada um dos envolvidos nas atividades. Através de uma planta baixa do núcleo, os moradores identificavam suas casas e produziam um modelo simplificado delas para posteriormente posicioná-las na maquete. A terceira atividade teve por objetivo traçar um paralelo entre o passado, o presente e o futuro do Beltrão. Através de uma linha do tempo na qual os moradores intervinham e de um cartaz onde eles escreviam como o bairro era, como o bairro é e como ele poderia ser. A última ação socioeducativa feita com os moradores foi um diagnóstico colaborativo, no qual, por meio da maquete os moradores identificavam diversas questões como falta de iluminação e pontos de encontro no bairro utilizando alfinetes e gerando uma legenda. As ações socioeducativas como um todo constituíram a primeira fase de trabalho com o Beltrão.

A partir do diagnóstico realizado na última ação da primeira fase, foram identificadas cinco áreas degradadas de uso comum passíveis de requalificação. Decorrente disso, entendeu-se a importância de saída do campo teórico das ações para a atuação prática. Afinal, através das oficinas, conseguiu-se que os moradores criassem uma nova rede de vínculos entre eles, bem como entre os acadêmicos e professores, além de despertar o sentimento de que eles são atores da própria transformação. Para a realização da requalificação de um desses espaços, prezou-se pelo método horizontal e *bottom-up* das ações, ou seja, todos os envolvidos tinham igual importância e relevância, e a prática se deu com o intuito de os moradores se autorizarem como protagonistas do seu espaço e de sua transformação.

A segunda fase de atuação teve início com o que foi chamado de “árvore das propostas”. A atividade consistia em, por meio de imagens referenciais, relacioná-las às referências com os espaços que poderiam ser requalificados, a fim de surgirem ideias para a transformação do espaço por parte dos moradores. Posterior a essa ação, foi realizado o

levantamento métrico dos cinco locais, para então os moradores elegerem qual daqueles espaços julgavam ser mais relevante para receber a requalificação.

O local eleito foi a Praça da Esperança, um espaço residual do núcleo, assim nomeado pelos moradores. Há relatos de que inicialmente o local era utilizado como depósito de resíduos em função da falta de coleta na comunidade. Por meio de um mutirão, os moradores fizeram uma limpeza e dentro de suas possibilidades, transformaram o local em uma praçinha. Porém, com o passar do tempo e a falta de manutenção, o espaço foi se degradando e perdendo a função de lugar de encontros e de trocas.

Nesse sentido, nota-se que o espaço eleito pelos moradores já havia sido transformado em lugar anteriormente. Cabe destacar que se entende por espaço aquilo que possui nossas referências mais abstratas e que ainda não é dotado de valor. O espaço representaria a liberdade, já o lugar, representa a segurança (TUAN, 1983). A praça, que torna a ser escolhida para ser transformada pelos moradores, nas referências deles, já era lugar, tanto pela sua primeira transformação, quanto pela relação saudosista relativa à sua localização. No passado, quando o bairro não era atendido pela rede pública de abastecimento de água, era ali que o caminhão pipa estacionava e as pessoas iam buscar a água, ou seja, historicamente a praça é um local de encontros, já dotado de valor e significado.

Tuan também traz um conceito interessante, se pensarmos no caso da praça, e do próprio núcleo como um todo, o de que o espaço é uma necessidade biológica para os seres humanos, e de que os próprios seres humanos, mais do que os próprios objetos, são capazes de gerar a sensação de apinhamento – redução do espaço e ameaça da liberdade. Porém, as pessoas também seriam capazes de ampliar o nosso mundo “Quando as pessoas trabalham juntas por uma causa comum, um homem não tira o espaço do outro; pelo contrário ele aumenta o espaço do companheiro, dando-lhe apoio.” (1983 p.73).

Tendo escolhido o local e efetuado o levantamento da área, partiu-se para a elaboração de uma proposta de requalificação da praça. Para isso, foi construída uma maquete da área e sobre ela elaborou-se, coletivamente, uma proposta de intervenção. Em seguida, iniciou-se com os mutirões, que eram quinzenais. A praça, na situação encontrada (figura 04), possuía um piso de concreto muito degradado, extremamente irregular e o muro possuía um grafite antigo e, portanto, ilegível. Além disso, havia problemas com o escoamento da água pluvial.

Figura 4: praça da esperança - situação encontrada



Fonte: acervo pesquisadores.

Foram realizados diversos pequenos mutirões (figura 05) com o grupo de moradores, acadêmicos e professores envolvidos, nos quais foi possível lixar, lavar e pintar com fundo branco o muro do cemitério; repintar os bancos existentes; criar alguns canteiros com corpos de prova e pintá-los. Para a repintura do muro e a requalificação do piso, foram necessários dois mutirões envolvendo mais pessoas da comunidade.

Figura 5: processo de requalificação da praça



Fonte: acervo pesquisadores.

Na requalificação do piso, tida como prioridade pelos moradores, o grupo do TaliesEM participou apenas como espectador da execução. Também não houve um planejamento por parte dos moradores, mas aos poucos, vendo a movimentação na praça, foram surgindo diversas pessoas com equipamentos e saberes para ajudar na reforma do piso, que foi feito em concreto moldado in loco.

Para a repintura do muro foi necessário outro mutirão envolvendo mais pessoas do que o grupo habitual. Cabe ressaltar que foi realizada uma oficina com crianças do Beltrão, para que elas desenhasssem o que gostariam que fosse pintado no muro da praça. No dia do

mutirão, as crianças, acompanhadas de um profissional, grafitaram boa parte do muro contendo algumas das ideias por eles desenhadas. Além disso, os adultos, construíram uma espécie de “parede da memória” em outra parte, através da aplicação da técnica de *lambe* de fotos antigas e atuais do assentamento. De certa forma, as crianças grafitavam o futuro que viam para o Beltrão, enquanto os adultos estampavam na parede o seu passado, suas marcas e suas narrativas ali já construídas.

O trabalho realizado no Beltrão teve duração de um ano e meio e a praça foi inaugurada em março de 2018 com uma confraternização aberta a toda comunidade (figura 06). Com a inauguração, o TaliesEM entregou a documentação relativa ao desenvolvimento das ações, bem como o levantamento das outras áreas citadas, encerrando suas atividades no Beltrão, ainda que os vínculos criados não tenham sido desfeitos. Esse distanciamento é estratégico, pois entende-se a importância da criação de autonomia por parte dos reais atores da transformação, por quem caminha e vive aquele lugar cotidianamente, para que assim, a praça permaneça como um lugar de trocas, agora com qualidade ambiental.

Figura 6: inauguração da Praça da Esperança



Fonte: acervo pesquisadoras.

Durante o processo, as atividades foram se desenvolvendo de forma natural, sem que se vislumbrasse a ação final de intervenção num espaço público. A continuidade e a intensidade em cada prática ou oficina parece ter contribuído para tal fato, sendo que os participantes envolvidos não tiveram distanciamento e tempo para uma reflexão crítica adequada. Por isso, esse relato se faz pertinente para a compreensão dos resultados de todo o processo de trabalho no Beltrão.

Em relação à primeira fase das ações, ressalta-se como positivo a assiduidade dos encontros. Mesmo quando ocorriam ações de outros cursos, o grupo do TaliesEM se fazia presente, o que contribuiu para a criação de vínculos e de confiança entre o grupo. Além disso, ao longo das atividades percebeu-se um empoderamento dos moradores, que com o passar do tempo se mostravam mais participativos e atuantes nas oficinas. Cabe destacar também, a fala de uma das moradoras no final da primeira fase, na qual ela comenta que muito além de ter se criado vínculos entre os acadêmicos e os participantes das atividades, a ligação entre os próprios moradores foi reestabelecida e fortalecida.

Na etapa seguinte, em que se pensou uma intervenção coletiva e colaborativa para a praça, o grupo se mostrou mais unívoco. Em alguma medida, no início das ações havia certa diferenciação entre moradores e acadêmicos, fato que foi se atenuando até ser efetivamente extinto. Os acadêmicos não eram mais “o pessoal da UCS”, e sim, “o pessoal da pracinha”. Com isso, o processo de pensar a praça foi extremamente rico, uma troca de saberes realmente horizontal, sem que os moradores precisassem de qualquer aprovação ou consentimento por parte dos acadêmicos. Todas as decisões eram consensuadas.

Essa forma coletiva e horizontal de pensar o espaço e sua produção vem de encontro com o que aponta Certeau (1998), para esse autor, os planejadores da cidade atuam por meio de uma visão panóptica, distante da realidade de quem efetivamente tece a cidade (os seres caminantes). Isso acaba por gerar uma espécie de endeusamento daquele que planeja/projeta. Nesse sentido, o pensar a praça se deu junto com aqueles que a vivem diariamente, quebrando a lógica do “arquiteto endeusado” e abrindo possibilidades para o “arquiteto coautor”.

Esse contexto se refletiu favoravelmente quando o grupo partiu para a etapa dos mutirões. Nos primeiros encontros práticos, os moradores esperavam os acadêmicos em frente ao centro cultural (local onde as ações socioeducativas eram realizadas), para depois irem todos juntos até a pracinha. Posteriormente, o grupo todo já se encontrava diretamente na praça, o que demonstrou a inexistência do “nós” e “eles”; do grupo “que ajuda” e do grupo “que é ajudado”. Cabe destacar que não havia um projeto fixo e determinado, o que existia era um conjunto de ideias e possibilidades já discutidas coletivamente. O formato e a posição dos canteiros, por exemplo, foi decidido no próprio local por todos os envolvidos.

A ambiência nos mutirões era de extrema cooperação. Todos levavam as ferramentas de trabalho que tinham. A casa de uma das moradoras que está localizada em frente à praça, era o local de apoio, onde se guardava materiais e faziam-se os lanches. Com o passar dos mutirões percebeu-se claramente que os moradores foram se sentindo cada vez mais pertencentes e autônomos. Diversas foram as vezes em que a equipe do TaliesEM chegou na praça para o mutirão e já havia um canteiro pintado ou alguma vegetação inserida por eles em outros dias que se encontraram, que não o dos mutirões.

Para além disso, outros aspectos dessas trocas merecem ser destacados. No dia em que se executou a reforma do piso, já havia o material colocado na praça, os acadêmicos estavam lá bem como o grupo de moradores habitual. Porém, o mestre de obras que iria coordenar a reforma do piso não pôde comparecer. Aquilo que se pensou ser um problema, aos poucos foi se tornando um grande aprendizado, pois a ação acabou envolvendo muito

mais pessoas do Beltrão, alguns conhecidos que os moradores chamaram, outros que passavam curiosos e paravam para ajudar. Assim, de pouco em pouco o piso foi feito, sem que ninguém do TaliesEM tivesse coordenado ou atuado, obtendo-se a sensação de que realmente se estava de espectador dos reais atores.

Outro aspecto importante a ser exposto é o de que, devido à falta de verba para a repintura do muro, o mesmo ficou cerca de trinta dias, já lixado e pintado com o fundo branco, sem que tenha sido vandalizado ou pichado pela população. Pelo contrário, o muro recebeu desenhos de um frequentador do Beltrão, constituindo-se como um episódio que se revelou surpresa positiva para o grupo.

Na fala de uma das moradoras envolvida em todas as ações está o maior legado da intervenção: “fazer o que dá com o que se tem”. No fundo, todos os mutirões foram isso, fazendo o que dava com o que se tinha, uma das maiores características desses territórios autoproduzidos.

Tendo agora o distanciamento necessário para que haja maior clareza das ações, identificam-se algumas questões que podem ter contribuído positivamente para que a produção daquele espaço tenha sido efetiva e assertiva. O processo todo ocorreu de forma extremamente espontânea, e até certo ponto, de maneira muito empírica. Foi-se “tateando” e sentindo quais seriam os próximos passos, muito mais do que tendo um planejamento rígido, embora as atividades fossem pensadas anteriormente a sua realização. A assiduidade dos encontros contribuiu para a criação dos vínculos e da confiança, o que aos poucos foi gerando um grupo uníssono. O posicionamento do grupo do TaliesEM como colaborador e coautor parece ter contribuído para o empoderamento dos moradores envolvidos, consolidando sua autonomia e sentimento de pertencimento. Todo esse contexto também contribuiu para a quebra de diversos estigmas. A perigosa vila do cemitério foi tomando cor, se tornando um espaço de acolhida e a narrativa do medo deu lugar à narrativa do afeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica claro que mesmo em uma cidade como Caxias do Sul, de grande potencial gerador de riquezas, o território se mostra segregador, dado a quantidade de territórios autoproduzidos que acompanham a história da cidade. Territórios marcados pelo estigma da criminalidade e da violência daqueles que olham de fora, pela autoconstrução e pelo fazer comunitário, para quem está dentro. Nesse contexto, a atividade extensionista do TaliesEM, traz questões importantes a serem avaliadas para que seja possível a compreensão de alguns aspectos da construção coletiva daquele espaço. Assumindo que a Praça da Esperança tenha sido requalificada através de outra lógica de atuação da arquitetura e urbanismo que não a baseada na figura do arquiteto como detentor de um saber superior, qual seria então a lógica empregada?

Certeau expõe outra forma de territorialização, distinta daquela que chama de panóptica e onividente, que se daria através do relato. O relato se dá de maneira disseminada,

miniaturizada e polivalente, ou seja, não se trata de uma prática unificada, generalizada ou especializada. “Uma atividade narrativa, mesmo que seja multiforme e não mais unitária, continua, portanto se desenvolvendo onde se trata de fronteiras e de relações com o estrangeiro. Fragmentada e disseminada, ela não cessa de efetuar operações de demarcação.” (1998, p.211). São diversos e eternos “fazer cidades” que tecem uma narrativa múltipla. Para o autor o fazer cidade se dá no caminhar, caminhando se relata, relatando se descreve, descrevendo se cria, se faz cidade.

Pode-se dizer que a prática na praça se deu através do relato, afinal, não houve uma visão panóptica atuando no espaço de outros. Todos os envolvidos foram atores, escritores daquele pedaço de cidade, tecendo uma narrativa múltipla sem autor ou espectador. Fatos que demonstram isso são, por exemplo, o muro não ter sido pichado ou vandalizado e os moradores estarem mantendo o espaço limpo e cuidado, fazendo sua manutenção. Além disso, há relatos de vários residentes do local que não utilizavam o espaço e passaram a usá-lo, como um senhor que passou a levar seu cachorro para passear todos os dias na praça ou as crianças a esperar o transporte escolar na pracinha e assim por diante.

Para, além disso, existem outros dois aspectos centrais que comprovam a relação de pertencimento ao lugar, bem como a autonomia em outras ações ligadas à própria praça ou em outros pontos da comunidade. No caso da Praça da Esperança, seu espaço é delimitado pela extensão do muro do cemitério. Porém, esse muro se estende por um grande perímetro e a verba disponível não seria capaz de contemplar a sua totalidade. Portanto, foi definido um limite, tanto na pintura do muro quanto na reforma do piso.

Analisando a fronteira criada pela demarcação na intervenção da praça, pode-se dizer que em função de um processo colaborativo, horizontal, miniaturizado e disseminado, essa fronteira acabou sendo ampliada. Afinal, no dia da inauguração da praça observou-se uma nova intervenção em um local que extrapolava os limites da pracinha. Eram canteiros de pneus pintados com algumas plantas (figura 07), que não haviam sido feitos pelo grupo de moradores atuantes na praça. Além disso, a presidente do Beltrão relatou que outros moradores, de maneira autônoma, iniciaram pequenas intervenções em diferentes locais do território do Beltrão. Para Certeau, o relato é um constante criar fronteiras e a fronteira é entendida como um espaço entre dois, um terceiro que contém um paradoxo “[...] criados por contatos, os pontos de diferenciação entre dois corpos também são pontos comuns. A junção e a disjunção são aí indissociáveis.” (1998, p. 213). Assim sendo, a fronteira é o que Certeau, chama de a “palavra do limite”, ou seja, ela como um terceiro entre dois é quem diz qual a relação entre eles. Podendo criar tanto a comunicação como a separação. É o que o autor chama de limites ou pontes. Como se pode perceber no caso da nova intervenção na praça, foi criada uma ponte, rompendo com os limites estabelecidos inicialmente.

Figura 7: nova intervenção



Fonte: acervo pesquisadores.

Além de terem surgido outras intervenções que extrapolaram a demarcação da praça, uma semana após sua inauguração, houve o Festival Brasileiro de Música de Rua na cidade. E a primeira apresentação do festival ocorreu na Praça da Esperança. Isso se deve ao fato de o artista que se apresentou no dia ser um rapper nascido no Beltrão que foi parceiro do TaliesEM nas oficinas de grafiteagem do muro. O que nos interessa relatar aqui, é que não se trata tanto do fato da Praça da Esperança, recém-inaugurada, já estar inserida na programação de um festival de música. O importante, foi o retratado na fala do rapper ao final do evento que dizia: "Historicamente, dificilmente, conseguíamos colocar Cantão, Vila de Baixo e Vila do Meio no mesmo local. Nós conseguimos! A Praça da Esperança vive. Ecoa. Bate forte a esperança de mais sorrisos e menos violência." O Cantão, a Vila de Baixo e a Vila do Meio são divisões internas do núcleo, herança da época em que havia três diferentes líderes do tráfico de drogas dentro da comunidade. Hoje, mesmo sem essas três lideranças, os moradores utilizam esses nomes para se localizarem e se distinguirem e, ainda há resquícios de certos conflitos entre essas partes. Além disso, o festival quebrou outro estigma, pois havia pessoas dos mais distintos lugares dentro de uma das vilas "mais perigosas da cidade", dançando e bebendo da cultura da periferia.

Para além da construção miniaturizada e coletiva de uma pequena praça, que já extrapolou seu próprio limite como relatado anteriormente, foi na bricolagem de diversas narrativas esquecidas e subjugadas em um relato múltiplo, que se pode ter acabado por gerar pontes muito mais potentes. Toda essa potência pode ser percebida na junção das três partes do Beltrão num único e pequeno espaço público, da mesma forma que do próprio Beltrão com a cidade, já que outros atores se inseriram num território autoproduzido, quebrando estigmas. Construindo novas perspectivas, recupera-se o que Tuan registra como primordial para o espaço, pois é ele quem representa a liberdade, neste caso do ir e do vir, que transformado em lugar, garante vínculos, pelas relações ali estabelecidas. Por analogia às pontes criadas, pensa-se que a praça se converteu em lugar para os moradores do Beltrão e em espaço para os demais usuários da cidade. Gerando liberdade e, ao mesmo tempo,

vinculação. A potência da ponte está justamente em se colocar como um elo para diversas possibilidades. A ponte, ou a “palavra do limite” como expõe Certeau, não diz: pare, como faz o limite, a ponte é passagem, convida para entrar. Impossível saber quem vai entrar, quem vai ou não seguir criando fronteiras como pontes. Mas a passagem está aberta para novos fazeres e novos olhares.

REFERÊNCIAS

- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. *O conceito de região e sua discussão*. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CÔRREA, R.L. *Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 49-76.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Tipologia Intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil*. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- _____. *Região de influência das cidades – REGIC 2007*. IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- LOPES, Fábio Charqueiro Pereira Lopes; SOLAR, Diego Barreto; CÔRREA, José Carlos Severo. *Análise institucional do Conselho Regional de Desenvolvimento da Serra, RS – COREDE SERRA*. In: Anais do VII Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão. Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <<http://seer.unipampa.edu.br/index.php/siepe/article/viewFile/15438/4873>>. Acesso em 30 ago. 2016.
- MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul 1875/1950*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2001.
- MAPELLI, Suelen. *Estimativa do IBGE aponta população superior a 500 mil habitantes em Caxias do Sul*. *Jornal Pioneiro*. 29 ago. 2018. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2018/08/estimativa-do-ibge-aponta-populacao-superior-a-500-mil-habitantes-em-caxias-do-sul-10551566.html>>. Acesso em 13 nov. 2018.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias. *Regularização fundiária: como implementar*. 2011.

Disponível em: <
http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/MPRScartilha_regularizacao_fundiria.pdf>. Acesso em 01 out. 2018.

NUNES, Maria Fernanda de Oliveira; FISCHER, Vera Lúcia Bueno; ROSSI, Carolina Vitória Rossi. *Urbanização e expansão industrial em Caxias do Sul*. In: Anais do XV Encontro Nacional da ANPUR, 23 a 27 mai. 2011. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

PICCININI, Flavio José. *Desenvolvimento econômico e contradições urbanas: análise da cidade de Caxias do Sul, RS*. Rio de Janeiro, 1983. Tese (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL; UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. *Plano Local de Habitação de Interesse Social Caxias do Sul – PHLIS*. 2010.

RAPOSO, Isabel; JORGE, Sílvia. *Qualificação de bairros peri-centrais autoproduzidos em Lisboa e Maputo: virtudes e vicissitudes dos processos*. In: Espaços Vividos e Espaços Construídos. 2017, vol. 1, n.º 3, pp. 37-50.

SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E AÇÃO SOCIAL. *Exposição fotográfica Euzébio Beltrão de Queiróz*. Caxias do Sul-RS, 1984.

SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO. *Programa da regularização fundiária*. Caxias do Sul: Prefeitura municipal de Caxias do Sul, 2004

SILVA, Túlio dos Reis. *A história do crescimento urbano de Caxias do Sul* [recurso eletrônico] / : do milagre econômico à redemocratização. Caxias do Sul, RS: Educus, 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Segregação socioespacial e centralidade urbana*. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 61-94.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.